

Santa Vitória do
Palmar Energias
Renováveis S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balanços patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	11
Notas explicativas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A.

Curitiba – PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento e mensuração da provisão para ressarcimento

Nota explicativa 6 (g) e 14 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>A provisão para ressarcimento é reconhecida quando a entrega de energia elétrica é inferior ou superior a garantia física preestabelecida nos contratos de fornecimento, tomando como base as regras estabelecidas nos contratos de comercialização de energia firmados entre as partes.</p> <p>A provisão de ressarcimento é mensurada considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), relatórios internos de geração de energia da Companhia, além de considerar os abatimentos dos valores de energia restringida (“constrained-off”), em função do não cumprimento da entrega de energia ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS.</p> <p>Consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria devido à complexidade dos dados usados na determinação da estimativa que podem impactar relevantemente a mensuração da provisão para ressarcimento nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</p>	<p>Nossos procedimentos incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">- avaliação do desenho e implementação dos controles internos chave relacionados à determinação do montante da provisão para ressarcimento de geração energia elétrica contratual.- análise dos dados utilizados na determinação da estimativa da provisão de ressarcimento de geração energia elétrica contratual, especificamente:<ul style="list-style-type: none">• os dados da apuração da carga de energia gerada e entregue;• os registros de ressarcimento anual e quadrienal realizados pela Companhia junto ao Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), visando determinar o percentual de aplicação de geração frente ao volume e montante contratado pactuado entre as partes;• as correspondências encaminhadas pelo Operador Nacional do Setor Elétrico – ONS, demonstrando a quantidade de energia restringida. <p>Adicionalmente, testamos a integridade e exatidão matemática dos dados utilizados no referido cálculo e efetuamos teste de valorização por meio do confronto dos valores reconhecidos de provisão para ressarcimento com as expectativas independentes geradas a partir de nossos testes de auditoria, assim como, a segregação de curto e longo prazo.</p> <p>Avaliamos também a adequação das divulgações relacionadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras.</p> <p>No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a mensuração da provisão para ressarcimento, os quais não foram registrados pela Companhia, por terem sido considerados imateriais.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento e mensuração da provisão de ressarcimento de geração energia elétrica contratual, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.</p>

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 04 de abril de 2022.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR



João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado			Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020			2021	2020		
Ativo						Passivo					
Caixa e equivalentes de caixa	7	235	-	81.435	69.339	Fornecedores	5	-	619	1.068	
Contas a receber de clientes	8	-	-	18.089	16.809	Provisões	14	-	22.255	13.139	
Adiantamento a fornecedores		4	4	369	332	Adiantamento de clientes		-	1.182	1.182	
Despesas antecipadas		0	-	2.525	1.500	Obrigações sociais e trabalhistas		-	254	390	
Tributos e contribuições a compensar		873	822	1.189	1.166	Contas a pagar à partes relacionadas	9	5.918	1.912	5.918	1.912
Contas a receber de partes relacionadas	9	-	261	-	-	Passivo de arrendamento mercantil	13	-	-	2	-
Dividendos a receber	9	258	-	-	-	Debêntures a pagar	15	4.511	16.259	4.511	16.259
Outros ativos		-	-	9	-	Financiamentos	15	-	-	31.115	31.232
Total do ativo circulante		1.371	1.087	103.616	89.146	Obrigações fiscais		0	6.489	581	9.698
Despesas antecipadas		-	-	939	45	Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	-	1.805	1.167
Depósitos judiciais		-	-	24	24	Total do passivo circulante		10.435	24.660	68.242	76.047
Aplicações financeiras vinculadas	10	704	1.001	40.996	45.275	Provisões	14	-	-	439	16.620
Total do realizável a longo prazo		704	1.001	41.959	45.344	Conta a pagar à partes relacionadas	9	22.287	7.832	-	7.832
Investimentos	11	668.672	642.727	-	-	Financiamentos	15	-	-	535.020	564.114
Imobilizado	12	-	-	1.097.066	1.143.350	Passivo de arrendamento mercantil	13	-	-	359	374
Ativo de direito de uso	13	-	-	335	355	Debêntures a pagar	15	47.487	44.060	47.487	44.059
Total do ativo não circulante		668.672	642.727	1.097.401	1.143.705	Tributos diferidos		-	-	891	886
						Total do passivo não circulante		69.774	51.892	584.197	633.885
Total do ativo		670.747	644.815	1.242.977	1.278.195	Capital social		751.565	743.565	751.565	743.565
						Prejuízos acumulados		(161.027)	(175.302)	(161.027)	(175.302)
						Total do patrimônio líquido	16	590.538	568.263	590.538	568.263
						Total do passivo e patrimônio líquido		670.747	644.815	1.242.977	1.278.195

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
Nota	2021	2020	2021	2020
Receita líquida de venda de energia	17	-	164.188	125.237
Custo da geração de energia	18	-	(80.911)	(74.610)
Lucro bruto		-	83.277	50.627
Despesas gerais e administrativas	18	(188)	(4.051)	(3.989)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	18	(3)	323	27
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(191)	79.549	46.665
Despesas financeiras	19	(11.792)	(63.478)	(66.857)
Receitas financeiras	19	54	4.821	1.033
Resultado financeiro		(11.738)	(58.658)	(65.824)
Resultado de equivalência patrimonial	11	26.203	(11.773)	-
Resultado antes dos impostos		14.275	20.891	(19.158)
Imposto de renda e contribuição social correntes	20	-	(6.623)	(4.997)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	-	7	(46)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		14.275	14.275	(24.201)
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)		0,016993	0,016993	(0,029214)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2021	2020	2021	2020
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	14.275	(24.201)	14.275	(24.201)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>14.275</u>	<u>(24.201)</u>	<u>14.275</u>	<u>(24.201)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	590.544	4.800	(151.101)	444.243
Integralização de capital	153.021	(4.800)	-	148.221
Prejuízo do exercício	-	-	(24.201)	(24.201)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	743.565	-	(175.302)	568.263
Integralização de capital	8.000	-	-	8.000
Lucro líquido do exercício	-	-	14.275	14.275
Saldos em 31 de dezembro de 2021	751.565	-	(161.027)	590.538

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	14.275	(24.201)	14.275	(24.201)
Ajustes para:				
Depreciação	12	-	46.378	46.492
Resultado de equivalência patrimonial	11	(26.203)	11.773	-
Juros e variações monetárias	15	11.567	8.423	53.377
Juros de arrendamentos		-	(28)	-
Amortização de custos de transação	15	1.870	2.780	2.849
Provisão para ressarcimento	14	-	(7.065)	24.914
Imposto de renda e contribuição social correntes	20	-	6.527	4.997
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	-	(7)	46
	1.508	(2.135)	116.237	107.882
Variações em:				
Contas a receber de clientes		-	(1.280)	(120)
Adiantamentos a fornecedores		-	(39)	(55)
Tributos e contribuições a compensar		(51)	1	(23)
Despesas antecipadas		-	5	(1.920)
Estoques		-	-	(9)
Fornecedores		5	(35)	(449)
Adiantamento de clientes		-	-	-
Obrigações fiscais		(6.285)	(3)	(9.104)
Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	(136)
Tributos diferidos		-	-	6
			79	
Caixa (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais	(4.823)	(2.167)	103.282	104.163
Impostos pagos sobre o lucro	(205)	-	(5.894)	(3.776)
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais	(5.028)	(2.167)	97.388	100.387
Fluxo de caixa das atividades de investimento:				
Aumento de capital em controladas		-	(105.793)	-
Retorno adiantamento para futuro aumento de capital		-	5.477	-
Aquisição de imobilizado	12	-	-	(81)
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento	-	(100.316)	(81)	(227)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:				
Aplicações financeiras vinculadas		297	(324)	4.279
Partes relacionadas		26.722	121.735	4.174
Arrendamentos		-	-	23
Pagamento de principal sobre financiamentos e debêntures	15	(17.204)	(13.855)	(47.412)
Pagamento de juros sobre financiamentos e debêntures	15	(4.552)	(5.086)	(46.275)
Fluxo de caixa líquido provenientes das (utilizado nas) atividades de financiamento	5.262	102.470	(85.211)	(34.311)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	235	(13)	12.096	65.849
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	13	69.339	3.490
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	235	-	81.435	69.339

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. (“SVP” ou “Grupo”), com sede na Avenida Cândido de Abreu 70, em Curitiba-PR, é uma sociedade de capital fechado constituída em 14 de maio de 2013 e tem como objeto social a exploração de atividades de produção, geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, comercialização dos créditos derivados da redução de emissões de carbono possibilitada pela entrada em operação de projetos desenvolvidos pelo Grupo, suas subsidiárias ou participantes, na forma do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Kyoto e legislação subsequente, e ainda a participação em outras Companhias com objeto social compatível.

O Grupo atua no mercado de geração e comercialização de energia elétrica, por meio de desenvolvimento de projetos provenientes de fontes renováveis, como parques eólicos.

As participações diretas do Grupo são:

	Percentual de participação	
	2021	2020
Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S.A.	100,00%	100,00%
Santa Vitória do Palmar II Energias Renováveis S.A.	100,00%	100,00%
Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S.A.	100,00%	100,00%
Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S.A.	100,00%	100,00%
Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S.A.	100,00%	100,00%
Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S.A.	100,00%	100,00%
Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S.A.	100,00%	100,00%
Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S.A.	100,00%	100,00%
Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S.A.	100,00%	100,00%
Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S.A.	100,00%	100,00%
Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S.A.	100,00%	100,00%
Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S.A.	100,00%	100,00%

As controladas da SVP foram vencedoras dos Leilões promovidos pela ANEEL, com a autorização dos projetos por 35 anos, o que viabilizou os empreendimentos dos 12 parques eólicos localizados na cidade de Santa Vitória do Palmar, no estado do Rio Grande do Sul com as seguintes características:

Empresa	Potência [MW]	Leilão	Modelo Aero	Outorga	Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWm]	Garantia Física solicitada alteração [MWm]	Garantia Física outorgada [MWm]
Santa Vitória do Palmar I	21	A-5 2013	AW3000-3MW-HH120m	361	23/07/2014	23/07/2049	9,7	10,1	10,1
Santa Vitória do Palmar II	27	A-5 2013	AW3000-3MW-HH120m	357	23/07/2014	23/07/2049	12,3	13,2	13,2
Santa Vitória do Palmar III	9	A-5 2013	AW3000-3MW-HH120m	380	30/07/2014	30/07/2049	4,3	4,5	4,5
Santa Vitória do Palmar IV	15	A-5 2013	AW3000-3MW-HH120m	326	14/07/2014	14/07/2049	6,9	7,5	7,5

Santa Vitória do Palmar V	15	A-5 2013	AW3000-3MW- HH120m	334	15/07/2014	15/07/2049	6,0	7,4	7,4
Santa Vitória do Palmar VI	18	A-5 2013	AW3000-3MW- HH120m	335	15/07/2014	15/07/2049	7,9	8,9	8,9
Santa Vitória do Palmar VII	15	A-5 2013	AW3000-3MW- HH120m	344	17/07/2014	18/04/2049	5,8	7,3	7,3
Santa Vitória do Palmar VIII	15	A-5 2013	AW3000-3MW- HH120m	343	18/07/2014	18/07/2049	6,0	7,5	7,5
Santa Vitória do Palmar IX	9	A-5 2013	AW3000-3MW- HH120m	362	23/07/2014	27/07/2049	3,4	4,4	4,4
Santa Vitória do Palmar X	9	A-5 2013	AW3000-3MW- HH120m	360	26/07/2014	23/07/2049	3,3	4,4	4,4
Santa Vitória do Palmar XI	24	A-3 2014	AW3000-3MW- HH120m	18	06/02/2015	06/02/2050	9,6	11,8	11,8
Santa Vitória do Palmar XII	30	A-3 2014	AW3000-3MW- HH120m	6	15/01/2015	15/01/2050	10,8	14,6	14,6

A SVP possui como acionista e controladora direta, a Atlantic Energias Renováveis S A., e indiretamente, a CGN Brasil Energia e Participações S.A., ambas possuem relevante experiência complementar em diferentes setores, destacando-se: engenharia, infraestrutura e energia renovável, incluindo energia eólica, o que agrega significativo valor no desenvolvimento dos projetos.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 04 de abril de 2022. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Grupo. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos,

passivos, receitas e despesas, pois, os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração do Grupo representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica do Grupo e outros fatores, quando aplicável.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 12** - Imobilizado (*impairment*, valor residual e vida útil dos ativos);
- **Nota explicativa 14** - Provisão para ressarcimento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos);

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Base de consolidação

(i) Controladas

Controladas são todas as entidades investidas nas quais o Grupo está exposta ou detém o direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento, ou ainda quando o Grupo possui a habilidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido na entidade investida.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras do Grupo e de suas controladas, observando-se o percentual de participação societária.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, os investimentos em participações em sociedades controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

(ii) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações entre partes relacionadas, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre partes relacionadas são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com controladas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Controladora na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Reconhecimento da receita de contrato com o cliente

A receita de vendas advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendas é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A energia produzida pela Companhia é vendida de duas formas. (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre – ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por cláusulas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 14 – i e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes.

A receita líquida inclui basicamente a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS e COFINS.

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, substancialmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratados.

d. Impostos (consolidado)

(i) Impostos e contribuições sobre as receitas

As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e à COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica.

(ii) Impostos e contribuições sobre o lucro

Em 2021 e 2020, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

e. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Empresa inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pelo Grupo.

(iii) Depreciação

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico redigido pela ANEEL das quais são revisadas periodicamente, é utilizada a menor taxa entre a sugerida pelo manual e o prazo de concessão, sendo essas práticas avaliadas pelo Grupo e aceitas pelo mercado como vidas úteis econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil.

Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados

Classe de imobilizado	Taxa anual de depreciação
Móveis e utensílios	6%
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%
Aerogeradores	4%
Sistemas de transmissão e conexão	4%
Equipamentos de informática	20%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

f. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade

do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo direito de uso. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

O arrendatário reconhece um ativo referente ao direito de uso de utilizar o ativo arrendado e, um passivo de arrendamento, que representa a obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo (contratos com duração máxima de 12 meses) e itens de baixo valor (valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a US\$ 5 mil). A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação.

A Companhia avaliou o pronunciamento, principalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos das usinas eólicas, por apresentarem valores relevantes e por serem de longo prazo. Pelo fato de a maioria desses apresentarem remuneração variável ao arrendador com base na energia gerada por cada complexo, a IFRS 16 não permite que seja reconhecido o passivo de arrendamento e, por consequência, o direito de uso relacionados a esses contratos.

g. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Ressarcimento

Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando a entrega de energia é inferior ou superior a garantia física preestabelecida nos contratos de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas nos contratos de comercialização de energia firmados entre as partes.

h. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

i. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos.

j. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes, partes relacionadas e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo através do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

O Grupo não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA	O Grupo não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

- **Ativos financeiros:** O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

- **Passivos financeiros:** O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

k. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) *Ativos financeiros não-derivativos*

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido à Grupo em condições não consideradas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro.

(ii) *Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado*

O Grupo considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os

valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

(iii) Ativos não financeiros

A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado anualmente, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

I. Mudança nas principais políticas contábeis

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia e suas controladas não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32)
- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração CPC 06)
- Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06)
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).

- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26).
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23).

7 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e bancos	3	-	335	617
Aplicações financeiras (i)	<u>232</u>	-	<u>81.100</u>	<u>68.722</u>
	<u>235</u>	-	<u>81.435</u>	<u>69.339</u>

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa.

- (i) Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os saldos de aplicação financeira referem-se a disponibilidades em conta aplicação no Banco Santander, em moeda nacional, indexada pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com resgate imediato sem prejuízo da remuneração auferida até a data. A taxa de remuneração da aplicação no Banco Santander foi de 95% do CDI no exercício.

8 Contas a receber de clientes (consolidado)

	Consolidado	
	2021	2020
Contas a receber	<u>18.089</u>	<u>16.809</u>
	<u>18.089</u>	<u>16.809</u>

O contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2021 e com vencimento em janeiro de 2022.

Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes do Grupo, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas.

9 Partes relacionadas

O Grupo possui operações entre as empresas do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as empresas e gestão de recursos financeiros.

Controladora

	2021	2020
Ativo circulante		
Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S.A. (a)	-	24
Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S.A. (c)	249	-
Santa Vitória do Palmar II Energias Renováveis S.A. (a)	-	54
Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S.A. (a)	-	11
Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S.A. (a)	-	17
Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S.A. (c)	9	-
Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S.A. (a)	-	17
Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S.A. (a)	-	21
Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S.A. (a)	-	17
Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S.A. (a)	-	17
Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S.A. (a)	-	10
Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S.A. (a)	-	10
Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S.A. (a)	-	35
Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S.A. (a)	-	28
	258	261
Passivo circulante		
Atlantic Energias Renováveis S.A. (a)	5.918	1.912
	5.918	1.912
Passivo não circulante		
Atlantic Energias Renováveis S.A. (b)	-	7.832
Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S.A. (b)	5.159	-
Santa Vitória do Palmar II Energias Renováveis S.A. (b)	2.248	-
Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S.A. (b)	842	-
Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S.A. (b)	1.403	-
Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S.A. (b)	1.403	-
Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S.A. (b)	1.683	-
Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S.A. (b)	1.402	-
Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S.A. (b)	1.402	-
Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S.A. (b)	842	-
Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S.A. (b)	842	-
Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S.A. (b)	2.152	-
Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S.A. (b)	2.909	-
	22.287	7.832

- (a) Os saldos de partes relacionadas referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as empresas e a controladora direta.
- (b) Os saldos referem-se ao acordo de cooperação financeira entre as empresas e a controladora direta. Sobre este saldo não incidem juros e atualizações, assim como também não existe um prazo de vencimento determinado.
- (c) Os saldos de partes relacionadas referem-se aos dividendos a receber.

As transações entre partes relacionadas, são realizados conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos preestabelecidos. As contas a receber/ pagar não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Não são mantidas provisões para contas a receber/ pagar de partes relacionadas, os valores são liquidados entre as partes durante o exercício.

Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros.

Consolidado

	2021	2020
<i>Passivo circulante</i>		
Atlantic Energias Renováveis S.A (a)	5.918	1.912
	5.918	1.912
<i>Passivo não circulante</i>		
Atlantic Energias Renováveis S.A (b)	-	7.832
	-	7.832

- (a) Os saldos de partes relacionadas referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as empresas e a controladora direta. Em 2021 os valores foram utilizados parcialmente para abater do saldo a integralizar no capital social.
- (b) Os saldos referem-se ao acordo de cooperação financeira entre as empresas e a controladora direta. Sobre este saldo não incidem juros e atualizações, assim como também não existe um prazo de vencimento determinado. Em 2021 os valores foram utilizados para abater do saldo a integralizar no capital social.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Durante anos de 2021 e 2020 não houve remuneração paga ao pessoal-chave da administração, a remuneração ocorre de forma centralizada efetuado pelas Holdings CGNBE – CGN Brasil Energia e Participações S.A., e CGNEI – China General Nuclear Energy International Holdings Co., Limited.

10 Aplicações financeiras vinculadas (consolidado)

	2021	2020
Aplicações financeiras vinculadas	40.996	45.275
	40.996	45.275

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida, Conta reserva de O&M (Operação e Manutenção) e Conta Reserva Especial com restrição de movimento para atendimento aos *covenants* conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNDES (nota explicativa 15).

Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional junto ao Banco Bradesco e podem ser movimentadas somente mediante autorização expressa do BNDES.

As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.

11 Investimentos (controladora)

11.1 Informações das empresas controladas

2021					
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita	Lucro (prejuízo)
Controladas					
Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S.A.	166.086	57.125	108.961	15.851	4.833
Santa Vitória do Palmar II Energias Renováveis S.A.	240.709	73.337	167.372	21.940	(2.530)
Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S.A.	48.989	25.141	23.848	7.216	1.306
Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S.A.	83.665	45.582	38.084	11.928	2.281
Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S.A.	84.584	43.891	40.693	11.536	1.881
Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S.A.	95.134	52.070	43.064	14.247	2.821
Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S.A.	83.758	46.226	37.531	10.893	1.199
Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S.A.	80.198	42.794	37.404	11.796	2.446
Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S.A.	53.951	26.998	26.953	6.449	290
Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S.A.	55.476	25.528	29.948	6.893	907
Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S.A.	119.017	73.112	45.904	20.683	4.616
Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S.A.	151.879	82.970	68.909	24.755	6.154
	1.263.447	594.775	668.672	164.188	26.203
2020					
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita	Lucro (prejuízo)
Controladas					
Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S.A.	166.449	62.071	104.377	12.106	(762)
Santa Vitória do Palmar II Energias Renováveis S.A.	248.785	78.883	169.902	16.828	(6.679)
Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S.A.	49.334	26.792	22.542	5.578	(614)
Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S.A.	84.192	48.381	35.812	8.921	(515)
Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S.A.	85.065	46.252	38.812	9.309	(130)
Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S.A.	95.676	55.432	40.243	10.872	(398)
Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S.A.	84.528	48.196	36.332	8.703	(706)
Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S.A.	80.223	45.266	34.957	9.677	391
Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S.A.	54.699	28.035	26.664	5.634	(158)
Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S.A.	55.969	26.928	29.040	5.843	24
Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S.A.	120.236	78.947	41.288	13.407	(2.255)
Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S.A.	151.685	88.930	62.755	18.359	29
	1.276.841	634.114	642.727	125.237	(11.773)

11.2 Participações em empresas controladas

Os investimentos e as respectivas movimentações nas controladas, apresentado nas demonstrações financeiras individuais, estão demonstrados abaixo:

		2021			
Participação		Saldo inicial	Dividendos	Equivalência patrimonial	Saldo final
Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S.A.	100%	104.377	(249)	4.833	108.961
Santa Vitória do Palmar II Energias Renováveis S.A.	100%	169.902	-	(2.530)	167.372
Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S.A.	100%	22.542	-	1.306	23.848
Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S.A.	100%	35.812	(9)	2.281	38.084
Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S.A.	100%	38.812	-	1.881	40.693
Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S.A.	100%	40.243	-	2.821	43.064
Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S.A.	100%	36.332	-	1.199	37.531
Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S.A.	100%	34.957	-	2.446	37.404
Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S.A.	100%	26.664	-	290	26.953
Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S.A.	100%	29.040	-	907	29.948
Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S.A.	100%	41.288	-	4.616	45.904
Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S.A.	100%	62.755	-	6.154	68.909
		642.727	(258)	26.203	668.672

		2020				
Participação		Saldo inicial	Integralização capital	Adiantamento para futuro aumento de capital	Equivalência patrimonial	Saldo final
Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S.A.	100%	105.139	-	-	(762)	104.377
Santa Vitória do Palmar II Energias Renováveis S.A.	100%	108.061	71.419	(2.898)	(6.679)	169.903
Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S.A.	100%	20.450	2.706	-	(614)	22.542
Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S.A.	100%	35.267	1.058	-	(515)	35.810
Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S.A.	100%	38.943	-	-	(130)	38.813
Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S.A.	100%	40.923	-	(281)	(398)	40.244
Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S.A.	100%	27.422	9.998	(382)	(706)	36.332
Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S.A.	100%	34.567	-	-	391	34.958
Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S.A.	100%	20.280	6.682	(140)	(158)	26.664
Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S.A.	100%	18.714	10.500	(198)	24	29.040
Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S.A.	100%	40.894	3.430	(781)	(2.255)	41.288
Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S.A.	100%	63.524	-	(797)	29	62.756
		554.184	105.793	(5.477)	(11.773)	642.727

12 Imobilizado (consolidado)

O saldo do imobilizado está composto pelos seguintes valores:

(i) Composição do saldo

	Taxas anuais de depreciação	2021		2020	
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Móveis e utensílios	6%	376	(101)	275	280
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	113.981	(15.343)	98.638	101.908
Aerogeradores	4%	1.147.726	(189.669)	958.057	999.445
Sistemas de transmissão e conexão	4%	46.814	(7.109)	39.705	41.378
Equipamentos de informática	20%	122	(30)	92	99
Reposição de peças e manutenção		240	-	240	240
Imobilizado em andamento		59	-	59	-
		<u>1.309.318</u>	<u>(212.252)</u>	<u>1.097.066</u>	<u>1.143.350</u>

(ii) Movimentação do custo

	Saldo em 2020	Movimentação em 2021			Saldo em 2021
		Adições	Baixas	Transferências	
Móveis e utensílios	357	19	-	-	376
Edificações, obras civis e benfeitorias	113.981	-	-	-	113.981
Aerogeradores	1.147.721	5	-	-	1.147.726
Sistemas de transmissão e conexão	46.814	-	-	-	46.814
Equipamentos de informática	122	-	-	-	122
Reposição de peças e manutenção	240	-	-	-	240
Imobilizado em andamento	-	59	-	-	59
	<u>1.309.235</u>	<u>83</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.309.318</u>

	Saldo em 2019	Movimentação em 2020			Saldo em 2020
		Adições	Baixas	Transferências	
Móveis e utensílios	339	18	-	-	357
Edificações, obras civis e benfeitorias	113.981	-	-	-	113.981
Aerogeradores	1.147.716	5	-	-	1.147.721
Sistemas de transmissão e conexão	46.814	-	-	-	46.814
Equipamentos de informática	86	36	-	-	122
Reposição de peças e manutenção	72	168	-	-	240
	<u>1.309.008</u>	<u>227</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.309.235</u>

(iii) Movimentação da depreciação

	Saldo em 2020	Movimentação em 2021			Saldo em 2021
		Adições	Baixas	Transferências	
Móveis e utensílios	(77)	(24)	-	-	(101)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(12.073)	(3.270)	-	-	(15.343)
Aerogeradores	(148.276)	(41.393)	-	-	(189.669)
Sistemas de transmissão e conexão	(5.436)	(1.673)	-	-	(7.109)
Equipamentos de informática	(23)	(7)	-	-	(30)
	(165.885)	(46.367)	-	-	(212.252)
	Saldo em 2019	Movimentação em 2020			Saldo em 2020
		Adições	Baixas	Transferências	
Móveis e utensílios	(53)	(24)	-	-	(77)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(8.796)	(3.277)	-	-	(12.073)
Aerogeradores	(106.770)	(41.506)	-	-	(148.276)
Sistemas de transmissão e conexão	(3.760)	(1.676)	-	-	(5.436)
Equipamentos de informática	(14)	(9)	-	-	(23)
	(119.393)	(46.492)	-	-	(165.885)

a. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment)

O Grupo anualmente avalia a recuperabilidade dos ativos imobilizados de cada Unidade Geradora de Caixas - UGCs. Para o exercício findo em 31 dezembro de 2021, a Administração estimou os valores recuperáveis de suas UGCs (nota 1) baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados, que serão gerados pelo uso contínuo das UGCs para os próximos cinco anos, acrescentando a perpetuidade. O fluxo de caixa projetado levou em consideração a experiência passada, ajustando fatores como o volume de vendas e o aumento dos preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações do Grupo. A determinação do valor é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente que, por sua vez, consideram premissas tais como: preços do Ambiente de Contratação Livre (ACL) e do Ambiente de Contratação Regulada (ACR), geração de energia projetada (MWh), inflação acumulada e taxa de desconto WACC.

O EBITDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada, ajustado pelos seguintes fatores:

- Receitas: projetadas para 2022 patamares em linha com o setor, de 2023 a 2027 considerando crescimento médio 2,18%, sempre levando em consideração fatores conhecidos sobre o setor eólico no momento da projeção.
- Custos e despesas: projetados no mesmo exercício das receitas de acordo com a dinâmica das UGCs e buscando sinergia das despesas nos itens possíveis.
- Taxa de desconto: 10,24% a.a., elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC).

O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada.

13 Arrendamentos

Os saldos relacionados aos arrendamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2021 são demonstrados conforme tabelas a seguir:

Direito de uso sobre contratos de arrendamento

	Taxa média anual de amortização	Custo	Amortização acumulada	Saldo	Amortização	Saldo líquido
Terras e terrenos	8,85%	367	(31)	336	(1)	335
		<u>367</u>	<u>(31)</u>	<u>336</u>	<u>(1)</u>	<u>335</u>

Passivo de arrendamento

	Saldo	Liquidações	Juros incorridos	Saldo líquido
Terras e terrenos	361	(3)	3	361
	<u>361</u>	<u>(3)</u>	<u>3</u>	<u>361</u>

14 Provisões

(i) Provisão ressarcimento

A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual. Esta provisão é mensurada considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE, relatórios internos de geração de energia da Companhia, além de considerar os abatimentos dos valores de energia restringida (“constrained-off”), em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS.

Ressarcimento anual à CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%.

Ressarcimento Quadrienal à CCEE. o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual.

Os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), tem as seguintes características; (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadrienais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

Geração x	Cenários Montante Contratado	Resultados
1		Ressarcimento Anual a CCEE

	Abaixo de 90%	
2	Entre 90% a 100%	Ressarcimento Quadrienal
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrienal Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP),
4	Acima de 130%	nos meses em que a energia for gerada acima do compromisso contratual

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadrienal, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR's).

Em 22 de março de 2021 a ANEEL publicou no Diário Oficial da União a Resolução Normativa nº 927 que regulamenta o abatimento dos valores energia restringida (“constrained-off”) em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. O cálculo é realizado com base na metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de “constrained-off” de usinas eólicas objeto de CCEAR e CER disponibilizado pela CCEE conforme estabelecido no art. 8º da Resolução Normativa supracitada. Este componente é contido como abatimento nos valores de ressarcimento do exercício.

A composição do saldo de provisões é como segue:

		2021
Saldo em 31 de dezembro de 2020		29.759
Reversão		<u>(7.065)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021		<u>22.694</u>
	2021	2020
Provisão para ressarcimento curto prazo	22.255	13.139
Provisão para ressarcimento longo prazo	439	16.620
	22.694	29.759

Estes montantes e transações não afetam o caixa e conseqüentemente as demonstrações do fluxo de caixa no exercício em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

(ii) Provisão para desmantelamento

Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vias de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão. A Companhia não possui tais obrigações nos contratos de arrendamento firmados.

Adicionalmente, será facultado às Controladas apenas o uso do direito de retirada dos aerogeradores e da respectiva rede elétrica interna. Entretanto, a retirada dos aerogeradores constituiria assim, um evento de significativa imaterialidade em comparação aos potenciais custos de desmobilização de obras civis edificadas e vias de acesso nos imóveis e, neste contexto limitar-se-ia à utilização de horas de guindaste e mão-de-obra. Desta forma, segundo o CPC 25, parágrafo 19º, “são reconhecidas como provisão apenas as obrigações que surgem de eventos passados que existam independentemente de ações futuras da entidade”; o que não se

aplica neste caso, uma vez que é facultativa a retirada dos aerogeradores e rede elétrica interna, o que depende de uma tomada de decisão futura da Companhia e, por esse motivo não há obrigação presente relativa aos gastos futuro e nenhuma provisão deve ser reconhecida.

(iii) Provisão para contingências

O Grupo é parte em quatorze processos, sete no polo passivo e sete no polo ativo.

De acordo com os advogados que assessoram o Grupo e suas controladas, as chances de perda no final do processo avaliadas como "possível", totalizam o montante de R\$ 1.826 em 2021 (R\$1.024 em 2020).

15 Financiamentos e debêntures a pagar (consolidado)

Grupo	Operações (moeda nacional)	Indexador e taxas anuais de juros	Vencimento final	2021	2020
Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S/A	Debêntures (a)	IPCA + 5,9548%	15/09/2031	70.228	80.417
Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S/A	BNDES (b)	TJLP + 2,02%	15/12/2033	35.739	37.618
Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S/A	BRDE (c)	TJLP + 3,40%	15/12/2033	18.566	19.457
Santa Vitória do Palmar II Energias Renováveis S/A	BNDES (d)	TJLP + 2,02%	15/12/2033	46.913	49.380
Santa Vitória do Palmar II Energias Renováveis S/A	BRDE (e)	TJLP + 3,40%	15/12/2033	25.423	26.644
Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S/A	BNDES (f)	TJLP + 2,02%	15/10/2033	16.466	17.353
Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S/A	BRDE (g)	TJLP + 3,40%	15/10/2033	8.410	8.823
Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S/A	BNDES (h)	TJLP + 2,02%	15/10/2033	28.405	29.899
Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S/A	BRDE (i)	TJLP + 3,40%	15/10/2033	14.739	15.447
Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S/A	BNDES (j)	TJLP + 2,02%	15/10/2033	28.112	29.620
Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S/A	BRDE (k)	TJLP + 3,40%	15/10/2033	14.779	15.504
Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S/A	BNDES (l)	TJLP + 2,02%	15/10/2033	33.776	35.588
Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S/A	BRDE (m)	TJLP + 3,40%	15/10/2033	17.633	18.498
Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S/A	BNDES (n)	TJLP + 2,02%	15/12/2033	28.299	29.787
Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S/A	BRDE (o)	TJLP + 3,40%	15/12/2033	14.720	15.427
Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S/A	BNDES (p)	TJLP + 2,02%	15/10/2033	28.104	29.613
Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S/A	BRDE (q)	TJLP + 3,40%	15/10/2033	14.675	15.395
Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S/A	BNDES (r)	TJLP + 2,02%	15/12/2033	16.791	17.673
Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S/A	BRDE (s)	TJLP + 3,40%	15/12/2033	8.736	9.156
Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S/A	BNDES (t)	TJLP + 2,02%	15/10/2033	16.180	17.048
Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S/A	BRDE (u)	TJLP + 3,40%	15/10/2033	8.496	8.913
Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S/A	BNDES (v)	TJLP + 2,12%	15/06/2033	46.497	49.080
Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S/A	BRDE (w)	TJLP + 3,50%	15/06/2033	24.322	25.561
Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S/A	BNDES (x)	TJLP + 2,12%	15/06/2033	53.730	56.715
Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S/A	BRDE (y)	TJLP + 3,50%	15/06/2033	28.140	29.573
Custos com captação				(29.745)	(32.525)
				618.134	655.664
Passivo circulante				35.626	47.491
Passivo não circulante				582.508	608.173

(a) A Controlada Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S/A: em 26 de julho de 2018 foi assinado o Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples contendo 105.000 debêntures ao valor de R\$ 1,00 não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, com vencimento final para setembro de 2031.

Garantias: garantias reais e fidejussória adicional.

(b) A Controlada Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R\$ 41.345, com vencimento final para dezembro de 2033.

(c) A Controlada Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R\$ 21.321, com vencimento final para dezembro de 2033.

Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

- (d) A Controlada Santa Vitória do Palmar II Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R\$ 56.440, com vencimento final para dezembro de 2033.
- (e) A Controlada Santa Vitória do Palmar II Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R\$ 29.105, com vencimento final para dezembro de 2033.
Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).
- (f) A Controlada Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R\$ 22.084, com vencimento final para outubro de 2033.
- (g) A Controlada Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R\$ 9.645, com vencimento final para outubro de 2033.
Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).
- (h) A Controlada Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R\$ 32.550, com vencimento final para dezembro de 2033.
- (i) A Controlada Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R\$ 16.786, com vencimento final para dezembro de 2033.
Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).
- (j) A Controlada Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R\$ 32.813, com vencimento final para outubro de 2033.
- (k) A Controlada Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R\$ 16.922, com vencimento final para outubro de 2033.
Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).
- (l) A Controlada Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R\$ 39.377, com vencimento final para outubro de 2033.
- (m) A Controlada Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R\$ 20.306, com vencimento final para outubro de 2033.
Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).
- (n) A Controlada Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R\$ 32.288, com vencimento final para dezembro de 2033.
- (o) A Controlada Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R\$ 16.651, com vencimento final para dezembro de 2033.
Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).
- (p) A Controlada Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R\$ 32.748, com vencimento final para outubro de 2033.
- (q) A Controlada Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R\$ 16.888, com vencimento final para outubro de 2033.
Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).
- (r) A Controlada Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R\$ 19.163, com vencimento final para dezembro de 2033.
- (s) A Controlada Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R\$ 9.882, com vencimento final para dezembro de 2033.
Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

- (t) A Controlada Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R\$ 18.835, com vencimento final para outubro de 2033.
- (u) A Controlada Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R\$ 9.713, com vencimento final para outubro de 2033.
 Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).
- (v) A Controlada Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R\$ 56.439, com vencimento final para junho de 2033.
- (w) A Controlada Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R\$ 29.106, com vencimento final para junho de 2033.
 Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).
- (x) A Controlada Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R\$ 65.298, com vencimento final para junho de 2033.
- (y) A Controlada Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R\$ 33.675, com vencimento final para junho de 2033.
 Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

A Companhia mantém sua previsibilidade de pagamento dos financiamentos e das debêntures conforme o fluxo de caixa como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2022	4.511	35.626
2023 a 2025	589	105.264
2026 a 2028	11.972	146.519
2029 a 2031	34.927	207.723
2032 a 2034	-	123.003
Total	51.998	618.134

15.1 Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento (consolidado)

	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido		Total
	Aplicações financeiras vinculadas	Financiamentos	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	
<i>Em milhares de Reais</i>					
Saldo em 31 de dezembro de 2020	45.275	655.664	743.565	1.444.504	
Variações dos fluxos de caixa de financiamento					
Recursos/Redução provenientes de aporte de capital de acionistas	-	-	8.000	-	8.000
Aplicações financeiras vinculadas	(4.279)	-	-	-	(4.279)
Pagamento de principal	-	(47.412)	-	-	(47.412)
Pagamento de juros	-	(46.275)	-	-	(46.275)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(4.279)	(93.687)	8.000	-	(89.966)
Outras variações					
Relacionadas com passivos					
Despesas com juros	-	53.377	-	-	53.377
Custos de captação amortizados	-	2.780	-	-	2.780
Total das outras variações relacionadas com passivos	-	56.157	-	-	56.157
Saldo em 31 de dezembro de 2021	40.996	618.134	751.565	1.410.695	
<i>Em milhares de Reais</i>					
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido		Total
	Aplicações financeiras vinculadas	Financiamentos	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	45.151	691.138	590.544	(4.800)	1.322.033
Variações dos fluxos de caixa de financiamento					
Recursos/Redução provenientes de aporte de capital de acionistas	-	-	157.821	-	157.821
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	(4.800)	4.800	-
Aplicações financeiras vinculadas	124	-	-	-	124
Recursos recebidos de financiamentos	-	-	-	-	-
Pagamento de principal	-	(41.767)	-	-	(41.767)
Pagamento de juros	-	(49.341)	-	-	(49.341)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	124	(91.108)	153.021	4.800	66.837
Outras variações					
Relacionadas com passivos					
Despesas com juros	-	52.785	-	-	52.785
Custos de captação amortizados	-	2.849	-	-	2.849
Total das outras variações relacionadas com passivos	-	55.634	-	-	55.634
Saldo em 31 de dezembro de 2020	45.275	655.664	743.565	-	1.444.504

15.2 Covenants (consolidado)

O Grupo contratou financiamentos com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização do BNDES e BRDE, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto financiado, além de desempenho satisfatório em relação a determinados indicadores financeiros. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ou multas.

15.2.1 Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - BNDES e BRDE

A Companhia possui *covenants* financeiro, de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida superior a 1,20, contudo esse índice deverá ser apurado somente na conclusão física e financeira (*completion*) a qual está prevista para final de 2022, sendo assim em 31 de dezembro de 2021 e 2020 essa cláusula de *covenants* não era aplicável a Companhia.

15.2.2 Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - Debêntures

Em 31 de dezembro de 2021 o Grupo apurou um índice anual superior a 1,30.

15.3 Outras garantias

As garantias referem-se a: Garantia fidejussória do contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES, formalizada através de carta fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

Grupo	Início de vigência	Final da vigência	Objeto da garantia	Banco/ Seguradora	Valor
Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S/A	08/07/2021	04/07/2022	Garantia Financeira	Banco Santander	125
Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S/A	30/11/2018	30/11/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	873
Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S/A	25/09/2020	30/11/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	3.159
Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S/A	28/12/2018	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	80
Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S/A	28/12/2020	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	291
Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S/A	24/06/2021	23/06/2023	Garantia Financeira	Banco ABC Brasil	37.210
Santa Vitória do Palmar II Energias Renováveis S/A	08/07/2021	04/07/2022	Garantia Financeira	Banco Santander	161
Santa Vitória do Palmar II Energias Renováveis S/A	28/12/2018	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	1.256
Santa Vitória do Palmar II Energias Renováveis S/A	28/12/2020	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	4.548
Santa Vitória do Palmar II Energias Renováveis S/A	24/06/2021	23/06/2023	Garantia Financeira	Banco ABC Brasil	50.796
Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S/A	10/11/2021	10/11/2022	Garantia Financeira	Banco Santander	61
Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S/A	30/11/2018	30/11/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	399
Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S/A	25/09/2020	30/11/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	1.446
Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S/A	28/12/2018	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	16
Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S/A	28/12/2020	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	59
Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S/A	22/04/2021	24/04/2023	Garantia Financeira	Itaú BBA	14.282
Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S/A	24/06/2021	23/06/2023	Garantia Financeira	Banco ABC Brasil	2.552
Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S/A	25/01/2021	25/01/2022	Garantia Financeira	Banco Santander	89
Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S/A	30/11/2018	30/11/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	798
Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S/A	25/09/2020	30/11/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	2.891
Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S/A	28/12/2018	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	38
Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S/A	28/12/2020	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	137
Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S/A	22/04/2021	24/04/2023	Garantia Financeira	Itaú BBA	21.838
Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S/A	24/06/2021	23/06/2023	Garantia Financeira	Banco ABC Brasil	7.023
Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S/A	25/01/2021	25/01/2022	Garantia Financeira	Banco Santander	89
Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S/A	30/11/2018	30/11/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	701
Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S/A	25/09/2020	30/11/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	2.538
Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S/A	28/12/2018	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	23
Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S/A	28/12/2020	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	83
Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S/A	22/04/2021	24/04/2023	Garantia Financeira	Itaú BBA	28.208
Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S/A	24/06/2021	23/06/2023	Garantia Financeira	Banco ABC Brasil	1.324
Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S/A	20/12/2021	20/12/2022	Garantia Financeira	Banco Santander	121
Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S/A	30/11/2018	30/11/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	1.066
Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S/A	25/09/2020	30/11/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	3.859
Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S/A	28/12/2018	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	22
Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S/A	28/12/2020	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	81
Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S/A	22/04/2021	24/04/2023	Garantia Financeira	Itaú BBA	32.630
Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S/A	24/06/2021	23/06/2023	Garantia Financeira	Banco ABC Brasil	1.800
Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S/A	04/05/2021	04/05/2022	Garantia Financeira	Banco Santander	89
Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S/A	30/11/2018	30/11/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	697
Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S/A	25/09/2020	30/11/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	2.522

Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S/A	28/12/2018	28/12/2022	Garantia Financeira Itaú BBA	28
Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S/A	28/12/2020	28/12/2022	Garantia Financeira Itaú BBA	101
Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S/A	22/04/2021	24/04/2023	Garantia Financeira Itaú BBA	24.870
Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S/A	24/06/2021	23/06/2023	Garantia Financeira Banco ABC Brasil	4.189
Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S/A	10/11/2021	10/11/2022	Garantia Financeira Banco Santander	101
Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S/A	30/11/2018	30/11/2022	Garantia Financeira Itaú BBA	889
Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S/A	25/09/2020	30/11/2022	Garantia Financeira Itaú BBA	3.218
Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S/A	28/12/2018	28/12/2022	Garantia Financeira Itaú BBA	3
Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S/A	28/12/2020	28/12/2022	Garantia Financeira Itaú BBA	10
Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S/A	22/04/2021	24/04/2023	Garantia Financeira Itaú BBA	26.400
Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S/A	24/06/2021	23/06/2023	Garantia Financeira Banco ABC Brasil	2.309
Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S/A	04/05/2021	04/05/2022	Garantia Financeira Banco Santander	53
Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S/A	30/11/2018	30/11/2022	Garantia Financeira Itaú BBA	415
Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S/A	25/09/2020	30/11/2022	Garantia Financeira Itaú BBA	1.502
Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S/A	28/12/2018	28/12/2022	Garantia Financeira Itaú BBA	19
Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S/A	28/12/2020	28/12/2022	Garantia Financeira Itaú BBA	68
Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S/A	22/04/2021	24/04/2023	Garantia Financeira Itaú BBA	13.530
Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S/A	24/06/2021	23/06/2023	Garantia Financeira Banco ABC Brasil	3.717
Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S/A	25/01/2021	25/01/2022	Garantia Financeira Banco Santander	53
Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S/A	30/11/2018	30/11/2022	Garantia Financeira Itaú BBA	408
Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S/A	25/09/2020	30/11/2022	Garantia Financeira Itaú BBA	1.476
Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S/A	28/12/2018	28/12/2022	Garantia Financeira Itaú BBA	18
Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S/A	28/12/2020	28/12/2022	Garantia Financeira Itaú BBA	65
Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S/A	22/04/2021	24/04/2023	Garantia Financeira Itaú BBA	13.530
Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S/A	24/06/2021	23/06/2023	Garantia Financeira Banco ABC Brasil	3.422
Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S/A	27/08/2021	26/08/2022	Garantia Financeira Banco Santander	211
Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S/A	30/11/2018	30/11/2022	Garantia Financeira Itaú BBA	1.251
Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S/A	25/09/2020	30/11/2022	Garantia Financeira Itaú BBA	4.530
Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S/A	28/12/2018	28/12/2022	Garantia Financeira Itaú BBA	1
Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S/A	28/12/2020	28/12/2022	Garantia Financeira Itaú BBA	5
Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S/A	22/04/2021	24/04/2023	Garantia Financeira Itaú BBA	44.265
Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S/A	24/06/2021	23/06/2023	Garantia Financeira Banco ABC Brasil	6.530
Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S/A	27/08/2021	26/08/2022	Garantia Financeira Banco Santander	264
Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S/A	30/11/2018	30/11/2022	Garantia Financeira Itaú BBA	1.395
Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S/A	25/09/2020	30/11/2022	Garantia Financeira Itaú BBA	5.049
Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S/A	28/12/2018	28/12/2022	Garantia Financeira Itaú BBA	52
Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S/A	28/12/2020	28/12/2022	Garantia Financeira Itaú BBA	190
Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S/A	22/04/2021	24/04/2023	Garantia Financeira Itaú BBA	52.357
Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S/A	24/06/2021	23/06/2023	Garantia Financeira Banco ABC Brasil	6.412

16 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social integralizado é de R\$ 751.565 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 743.565 em 2020) dividido em 840.054.647 ações ordinárias (828.392.542 em 2020), todas nominativas e sem valor nominal.

Acionistas	2021	2020
Atlantic Energias Renováveis S.A. (“Atlantic”)	751.565	743.565

Em 01 de outubro de 2021, através de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 8.000 mediante conversão do AFAC, na proporção das respectivas participações acionárias vigentes naquela data.

Controladora e controlador final

As ações da entidade são 100% controlada pela Atlantic Energias Renováveis S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A.

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social.

c. Dividendos

Os acionistas terão direito aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

d. Reserva de lucros

A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada. A administração entende que esse montante deve ficar retido até que haja deliberação em contrário.

17 Receita líquida de venda de energia (consolidado)

	2021	2020
Receita bruta de venda de energia	163.925	156.959
(-) Pesquisa e desenvolvimento P&D	(8)	(8)
Ressarcimento de energia ⁽¹⁾	7.065	(24.914)
(-) PIS / COFINS / ICMS	(6.794)	(6.800)
	164.188	125.237

⁽¹⁾ Vide nota explicativa 14(i).

18 Gastos por natureza (consolidado)

	2021	2020
Custo de geração de energia	(80.911)	(74.610)
Despesas gerais e administrativas	(4.051)	(3.989)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	323	27
	(84.640)	(78.572)
Encargos de transmissão e conexão	(9.594)	(8.986)
Compra de energia	(7.194)	(6.557)
Liquidação financeira negativa – CCEE	(3.252)	(1.311)
Despesa com pessoal	(3.643)	(2.886)
Serviços de terceiros	(975)	(727)
Depreciação	(46.378)	(46.492)
Arrendamento	(1.823)	(1.911)
Manutenção	(8.102)	(6.494)
Aluguel	(214)	(167)
Materiais	(761)	(360)
Outras despesas administrativas	(2.101)	(2.149)
Viagens e estadias	(67)	(78)
Penalidade por insuficiência de lastro	(688)	(193)
Outros	151	(261)
Total	(84.640)	(78.572)

19 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Juros recebidos	12	13	219	19
Juros aplicações financeiras	41	33	4.602	925
Outras receitas financeiras	-	-	-	89
Total das receitas financeiras	54	46	4.821	1.033
Despesas bancárias	(98)	(83)	(894)	(793)
Juros de financiamentos	(11.567)	(8.423)	(53.377)	(52.785)
Amortização do custo de captação	(1.870)	(1.870)	(2.780)	(2.866)
Juros e multa de mora	1.291	-	1.408	(6)
Custo da estruturação da dívida	(1.503)	(1.795)	(7.664)	(10.229)
IOF	2.040	-	274	(12)
Outras despesas financeiras	(85)	(69)	(445)	(166)
Total das despesas financeiras	(11.792)	(12.240)	(63.478)	(66.857)
Resultado financeiro líquido	(11.738)	(12.194)	(58.658)	(65.824)

20 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

	2021	2020
Receita com venda de energia (*)	163.574	156.057
Outras receitas	5.509	1.406
Base de cálculo IRPJ 8% (*)	18.595	13.891
Base de cálculo CSLL 12% (*)	25.138	20.133
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	5.052	3.896
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R\$ 240 no período de 12 meses	1.571	1.101
Imposto de renda e contribuição social correntes	6.623	4.997
<i>Taxa efetiva</i>	<i>15,14%</i>	<i>14,69%</i>
Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)	(7)	46

(*) A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões de receita registradas dentro de suas devidas competências.

(**) O saldo refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento.

21 Instrumentos financeiros

O Grupo e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração do Grupo.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros.

a. Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil, que se aproxima ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas, financiamentos e fornecedores.

	Consolidado			
	Valor justo		Valor contábil	
	2021	2020	2021	2020
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e bancos	335	617	335	617
Aplicações financeiras	81.100	68.722	81.100	68.722
Contas a receber de clientes	18.089	16.809	18.089	16.809
Não circulante				
Aplicações financeiras vinculadas	40.996	45.275	40.996	45.275
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	619	1.068	619	1.068
Debêntures a pagar	4.511	16.259	4.511	16.259
Financiamentos	31.115	31.232	31.115	31.232
Partes relacionadas	5.918	1.912	5.918	1.912
Não circulante				
Debêntures a pagar	47.487	44.059	47.487	44.059
Financiamentos	535.020	564.114	535.020	564.114
Partes relacionadas	-	7.832	-	7.832

	Controladora			
	Valor justo		Valor contábil	
	2021	2020	2021	2020
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e bancos	3	-	3	-
Aplicações financeiras	232	-	232	-
Partes relacionadas (nota 9)	258	261	258	261
Não circulante				
Aplicações financeiras vinculadas	704	1.001	704	1.001
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	5	-	5	-
Debêntures a pagar	4.511	16.259	4.511	16.259
Partes relacionadas (nota 9)	5.918	1.912	5.918	1.912
Não circulante				
Debêntures a pagar	47.487	44.060	47.487	44.060
Partes relacionadas (nota 9)	22.287	7.832	22.287	7.832

b. Categorias de instrumentos financeiros

A seguir demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	Consolidado					
	2021			2020		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total
Ativos financeiros						
Circulante						
Caixa e bancos	335	-	335	617	-	617
Aplicações financeiras	81.100	-	81.100	68.722	-	68.722
Contas a receber de clientes	-	18.089	18.089	-	16.809	16.809
Não circulante						
Aplicações financeiras vinculadas	40.996	-	40.996	45.275	-	45.275
Passivos financeiros						
Circulante						
Fornecedores	-	619	619	-	1.068	1.068
Debêntures a pagar	-	4.511	4.511	-	16.259	16.259
Financiamentos	-	31.115	31.115	-	31.232	31.232
Partes relacionadas (nota 9)	-	5.918	5.918	-	1.912	1.912
Não circulante						
Debêntures a pagar	-	47.487	47.487	-	44.059	44.059
Financiamentos	-	535.020	535.020	-	564.114	564.114
Partes relacionadas (nota 9)	-	-	-	-	7.832	7.832

	Controladora					
	2021			2020		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total
Ativos financeiros						
Circulante						
Caixa e bancos	3	-	3	-	-	-
Aplicações financeiras	232	-	232	-	-	-
Partes relacionadas (nota 9)		258	258		261	261
Não circulante						
Aplicações financeiras vinculadas	704	-	704	1.001	-	1.001
Passivos financeiros						
Circulante						
Fornecedores	-	5	5	-	-	-
Debêntures a pagar	-	4.511	4.511	-	16.259	16.259
Partes relacionadas (nota 9)	-	5.918	5.918	-	1.912	1.912
Não circulante						
Debêntures a pagar	-	47.487	47.487	-	44.060	44.060
Partes relacionadas (nota 9)	-	22.287	22.287	-	7.832	7.832

(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.

c. Mensuração pelo valor justo

Os quadros a seguir demonstram a hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos do Grupo:

	Consolidado			
	Valor justo em 31 de dezembro de 2021			
Descrição	Saldo em 2021	Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativos financeiros				
Caixa e bancos	335	335	-	-
Aplicações financeiras	81.100	81.100	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	40.996	40.996	-	-

Consolidado				
Valor justo em 31 de dezembro de 2020				
Descrição	Saldo em 2020	Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativos financeiros				
Caixa e bancos	617	617	-	-
Aplicações financeiras	68.722	68.722	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	45.275	45.275	-	-

Controladora				
Valor justo em 31 de dezembro de 2021				
Descrição	Saldo em 2021	Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativos financeiros				
Caixa e bancos	3	3	-	-
Aplicações financeiras	232	232	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	704	704	-	-

Controladora				
Valor justo em 31 de dezembro de 2020				
Descrição	Saldo em 2020	Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras vinculadas	1.001	1.001	-	-

- **Caixa e bancos:** são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.
- **Aplicações financeiras:** elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.
- **Aplicações financeiras vinculadas:** referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas

reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem mercado ativo:** Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

22 Gerenciamento integrado de riscos (consolidado)

A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos do Grupo. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios do Grupo e a aderência aos limites.

A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos do Grupo.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque eólico.

Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração do Grupo mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros do Grupo.

Para mitigar o risco de crédito, o Grupo efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, o Grupo realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito do Grupo:

	Valor contábil	
	2021	2020
Aplicações financeiras	81.100	68.722
Aplicações financeiras vinculadas	40.996	45.275
Contas a receber de clientes	18.089	16.809

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de o Grupo não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo.

Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, o Grupo monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices (“*covenants*”) previstos em contratos de financiamentos.

O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez do Grupo:

	Valor contábil	
	2021	2020
Financiamentos	566.136	595.346
Debêntures a pagar	51.998	60.318
Fornecedores	619	1.068

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelo Grupo, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Administração do Grupo não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Exposição ao risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco.

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

	2021	2020
Ativo		
Aplicações financeiras	81.100	68.722
Aplicações financeiras vinculadas	<u>40.996</u>	<u>45.275</u>
	122.096	113.997
Passivo		
Financiamentos	566.136	595.346
Debêntures a pagar	51.998	60.318
	618.134	655.664

O Grupo efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI, da TJLP e do IPCA, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%.

Análise de sensibilidade para aplicações financeiras de taxa variável vinculadas ao CDI em 31 de dezembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021

Operação	Valor exposto	Risco	25% (*)	50% (*)
Aplicações financeiras	122.096	Redução do CDI	8.379	5.586

(*) Os índices de CDI considerados foram de 9,15% a.a.

Análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros com taxa variável em 31 de dezembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021

Operação	Valor exposto	Risco	25% (*)	50% (*)
Financiamentos	566.136	Aumento da TJLP	43.026	51.632
Debêntures	<u>51.998</u>	Aumento do IPCA	<u>3.672</u>	<u>4.407</u>
	618.134		46.698	56.039

(*) Os índices de TJLP e IPCA considerados foram de 6,08% a.a. e 5,65% a.a. respectivamente.

* * *

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha
Diretora

SuiSheng Huang
Diretor

Viviane Cristina Ferreira
Contadora CRC PR - 045.363-O